

Relatório completo sobre a Agência da Previdência Social de Barueri que está paralisada devido ao risco de acidente por conta de fissuras e trincas em paredes e laje da APS. A medida foi tomada para proteger a vida de servidores e segurados

A APS localizada no município de Barueri, que segundo o IBGE figura entre as 20 cidades mais ricas do País, está paralisada desde à tarde do dia 28/08/2017 depois que seus servidores, no final da manhã desta data, tomaram conhecimento da conclusão da vistoria técnica da equipe do SENGPAI – SRI (Serviço de Engenharia e Patrimônio Imobiliário da Superintendência Regional Sudeste I) sobre a gravidade das fissuras e trincas em paredes e principalmente na laje do 1º pavimento, levando em consideração que no piso do 2º pavimento está localizado o SECA (arquivo) da APS.

A conclusão desta vistoria técnica pediu a retirada urgente do SECA (cerca de 6.500 caixas de processos, 21 a 24 toneladas de peso) e se necessário o fechamento da APS para não expor risco à vida de servidores e segurados. A APS foi fechada logo após a saída do último segurado e uma reunião emergencial foi realizada no início desta tarde e comunicaram à Gerência da APS, diante de tal fato, o temor e a decisão de seguirem as recomendações de segurança indicadas pelo SENGPAI de paralisar a APS, colocando-se à disposição da gestão para trabalhar nas APS's vizinhas.

Na mesma tarde, a Gerência da APS reuniu-se na Gex Osasco com a Gerência Executiva, Logística e SEAT para tomar as providências cabíveis começando com o pedido à Empresa de Manutenção Predial para o desligamento de 3 das 4 caixas de 500 litros de água, assim minimizando cerca de 1,5 toneladas de peso sobre a laje do 2º andar.

Histórico anterior ao Risco Anunciado

A APS Barueri foi inaugurada em 19/04/2002, resultado do convênio entre os governos Federal e Municipal, onde o município é o responsável pela locação de duas edificações vizinhas, uma sendo o prédio comprometido que tem 3 pavimentos (andar térreo, salão com pé direito alto e nesse um mezanino nos fundos, 1º andar com salas comerciais e o 2º andar com cozinha e um grande espaço dividido com divisórias) e ao

lado, na segunda edificação, um grande galpão (apenas andar térreo com pé direito bem elevado e nesse um mezanino nos fundos).

Entre as edificações foi aberta uma passagem com uma rampa íngreme em zig-zag de 2 lances, impossibilitando que um cadeirante sozinho suba ou desça a rampa e mesmo quando ajudado por outro segurado ou servidor a dificuldade para subir permanece e é necessário o mesmo cuidado ao descer para evitar acidentes. Os andares superiores são apenas acessíveis por 2 grandes escadas, sem nenhuma acessibilidade para pessoas com necessidades especiais de locomoção, por esse motivo não pode ser utilizado para atendimento.

Existe infiltrações na laje do 2º andar sobre o SECA, também existe problemas de mau funcionamento em cerca de 50% dos aparelhos de ar-condicionado, inclusive no aparelho da sala do Rack onde estão instalados os modems, roteadores e servidor SAG, SAT e outros serviços.

Essas edificações estão localizadas no bairro Jardim Silveira, vizinho ao município de Jandira, numa avenida extremamente movimentada que causa poluição sonora, poluição de fuligem e de gases lançados no ar pelos veículos, e o mais grave, perigosa devido ao trânsito rápido e a falta de respeito às faixas de pedestres e velocidade da via, tanto que no ano passado foram 4 atropelamentos de segurados e nesse ano mais 3 atropelamentos de segurados que se dirigiam ou saiam da APS, todos resgatados ora pelo SAMU, ora pelo Resgate do Bombeiros, felizmente nenhum desses acidentes foram fatais.

Nesses mais de 15 anos de atividade, sempre houve rumores que essas edificações foram cedidas em caráter provisório até que uma futura locação de algum prédio que pudesse alojar uma APS do tamanho e porte desse município. Como já foi dito por um dos principais políticos da cidade, os prédios lotados para a APS não tem o padrão e fogem à realidade de Barueri, e de fato seja esse comentário verdadeiro ou não, essas edificações destoam completamente dos prédios públicos municipais.

Em duas gestões municipais passadas (2009-2012 / 2013-2016) foram iniciadas tratativas entre a Gex Osasco e a Prefeitura Municipal que infelizmente não prosperaram por motivo desconhecido pelos servidores, o que possivelmente possa ter sido por entraves políticos.

É importante lembrar que no 2º trimestre de 2015 houve uma queda de cerca de 50% das prateleiras do SECA num efeito dominó que por pouco não acidentou fatalmente um servidor. Depois desse episódio, foram alguns meses para se remontar as prateleiras e rearquivar todas as caixas de processos.

E mais uma vez, anterior a esse momento de desalojamento que se espera ser temporário, iniciou-se no 2º trimestre novas tratativas, mas dessa vez entre a SRI (Superintendência Regional I) e a Prefeitura Municipal.

Os servidores estão acreditando no poder da negociação da SRI e torce para que não haja entraves e que uma locação de outra edificação acessível, confortável, salubre e segura para os servidores e para os segurados (que em sua maioria são munícipes de Barueri) seja encontrada.

No início de Agosto de 2017, a Gerência da APS solicitou urgentemente à Logística da Gex Osasco que acionasse a Engenharia da SRI para realizar análise estrutural das edificações dado a preocupação de alguns servidores com as fissuras e trincas aparentes nas paredes e principalmente no teto abaixo do SECA. Neste mesmo mês a agência foi visitada e vistoriada por uma equipe de Engenharia da Empresa de Manutenção contratada pela Gex Osasco. Alguns dias após, a equipe de Engenharia da SRI também visitou e vistoriou a APS. No dia 28/08/2017 os servidores tomaram conhecimento da conclusão do SENGPAI – SRI.

Histórico posterior ao Risco Anunciado

Na manhã do dia 30/08/2017, a APS foi novamente visitada por um engenheiro da empresa contratada para Manutenção Predial da Gex Osasco e suas APS's e também por engenheiro da SENGPAI – SRI. Após a vistoria dos engenheiros e liberação para começar a remoção do SECA com segurança, na falta de funcionários de estiva, alguns servidores se dispuseram a ajudar no trabalho de retirada das caixas de processos e registro da saída. Ao longo da última semana de trabalho foram removidas do 2º andar para o andar térreo cerca de 1.000 caixas de processos (1/6 da quantidade total de caixas e algo em torno de 3,5 toneladas de peso).

Antes que alguém lance uma dúvida sobre uma possível lentidão, é importante lembrar que do andar térreo até a sala de SECA são três lances de escada, totalizando exatos 50 degraus.

No dia 31/08/2017, pela manhã, a APS foi visitada pela equipe da Defesa Civil do município que acompanhada pela Gerência Executiva, Gerência APS e Logística, realizou vistoria técnica e respondeu a uma série de questionamentos feitos por servidores quanto à segurança. Em suas respostas ouviu-se que as fissuras e trincas nas paredes são resultados de acomodação e movimentação de solo, quanto à laje não demonstraram preocupação. Surgiu uma dúvida sobre o tipo de laje usada na construção do prédio e diante disso vão tentar junto à Prefeitura (locatária) ou proprietário(s) do imóvel descobrir qual o tipo de material foi usado, porém a Defesa Civil concordou com a Engenharia da SRI quanto a retirada do SECA.

Seguindo a vistoria, a equipe da Defesa Civil questionou a existência do A.V.C.B. atualizado (auto de vistoria do corpo de bombeiros), certificação das condições de segurança contra incêndio, que de pronto foi respondido sobre o desconhecimento de tal documento. Segundo análise da equipe, hoje a APS não conseguiria o A.V.C.B., pois existem vários erros de segurança contra incêndio, um deles, já apontados pelos servidores, é a falta de saída emergencial.

Na tarde do dia 04/09/2017, chegou ao conhecimento da Gex e da APS a conclusão da Defesa Civil Municipal e foi apontado grau de baixo risco com condições de habitabilidade, segurança e outras, contudo também aponta-se que as edificações necessitam de manutenção de impermeabilização da laje, reparo das fissuras e trincas nas paredes e tetos, reparo da instalação hidráulica, reparo da instalação elétrica e readequação do layout para atender legislação de segurança contra incêndios (A.V.C.B.).

No dia 05/09/2017, a SENGPAI – SRI fez uma série de questionamentos e contestou a conclusão da vistoria efetuada pela Defesa Civil, ratificando o seu entendimento sobre o alto risco de acidente, salientando mais uma vez a necessidade da retirada imediata do SECA e quando isso ocorrer será necessário uma nova vistoria para investigar se há permanência da deformação da laje.

Por ora a APS segue paralisada para atendimento ao público, mantendo um número reduzido de servidores que mesmo conhecendo o risco, estão dia a dia retirando e descendo as caixas de processos, trocando caixas danificadas e registrando o desarquivamento. Esses processos serão enviados, segundo informações colhidas na APS, para o CEDOC APS Glicério e APS Santana de Parnaíba o que futuramente poderá

atransfocar todo o trabalho onde se faça necessário o desarquivamento de processos que já não estarão em poder da APS Barueri.

Era previsto para o último dia 08 o início da retirada das caixas de processos para o CEDOC APS Glicério; os servidores estiveram na APS entre 7h e 15h, mas a empresa contratada para o serviço não compareceu. Espera-se que essa retirada comece na próxima semana, e claro, dado a importância das caixas de processos, tal transporte seja escoltado por profissionais de segurança assim como servidores da Gex Osasco ou SRI, responsáveis pelo transporte.

Os servidores de Barueri e o SINSSP torcem para que as negociações da SRI com a Prefeitura caminhem com brevidade para uma nova locação acessível, confortável, salubre e segura, porém caso isso mais uma vez não prospere e decida-se por manter as locações atuais por conta dos apontamentos das vistorias e conclusões técnicas, mesmo que algumas divergentes entre a SENGPAI e a Defesa Civil, que sejam preservadas a integridade física de servidores e segurados, sejam corrigidos, vistos e revistos antes da reabertura e seguidas à risca as seguintes medidas:

- ✓ verificar o alto risco de segurança para os servidores e os segurados e mesmo quando o SECA for esvaziado, será necessário uma nova vistoria para investigação se há deformação e se ela é permanente (SENGPAI);
- ✓ manutenção de impermeabilização da laje (Defesa Civil);
- ✓ reparo das fissuras e trincas nas paredes e tetos (Defesa Civil);
- ✓ reparo da instalação hidráulica (Defesa Civil);
- ✓ reparo da instalação elétrica (Defesa Civil);
- ✓ readequação do layout para atender legislação, certificando condições de segurança contra incêndios (A.V.C.B. – Defesa Civil);
- ✓ alvará de funcionamento;
- ✓ se necessário, visita da Vigilância Sanitária.

Fonte : SINSSP